

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO-RJ

I - DAS PARTES

ANA LUCIA SANTOS FERREIRA, brasileira, solteira, aux. Serviços gerais, RG 10649794-4 do IFPRJ, inscrito no CPF sob o nº 042.657.487-75, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Esmeralda da Ana Gonzaga, quadra 11, Lote 37, Inhoaíba, Rio de Janeiro - RJ, CEP 23.059-489, vem por seu procurador abaixo assinado, **segue doc.**, propor a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, pelo rito ordinário,

Em face de **LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.383.287/0001-74, estabelecida nesta cidade, na Rua General Correia e Castro, 148, Jardim América, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21.240-030 e,

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.709.449/0001-59, por seu representante legal sito na Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova - 20211-110, pelo o que segue:

DAS PRELIMINARES:

1º) **DAS PUBLICAÇÕES:** requer que todas as publicações sejam em nome do advogado **OSMUNDO DE JESUS GUERRA**, inscrito na OAB/RJ sob o n 94.040 e **RAFAEL VELASCO GUERRA**, inscrito na OAB/RJ 202.134.

2º) **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA:** Declara o reclamante que é hipossuficiente financeiramente, não tendo, para **fins de concessão de gratuidade de justiça**, nos moldes da lei 1.060/50, condições financeiras de arcar com custas e encargos processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família. **Segue doc.**

II - DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURIDICOS DO PEDIDO

a) Da Rescisão Indireta do Contrato de Trabalho

1. O Reclamante foi contratado pela primeira Reclamada, em **05/12/2017**, para prestar serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, mediante paga mensal de **R\$ 1.194,00**, para laborar de segunda a sexta das 07:00 às 16:48.

2. O Reclamante desde sua contratação prestou serviço na **Escola Municipal Vice Álvaro Roberto - Recreio - RJ**, pertencente à segunda Reclamada.

3. Acontece que o Reclamante está até **o momento** estar sem receber os salários de **JAN/2019, FEV/2019, metade do 13º salário de 2018, além de que não foram efetuados nenhum depósito do FGTS durante todo o período laborado até o momento.**

4. O Reclamante estar passando por grandes dificuldades financeiras, sua família está passando por situações vexatórias, dentre outras situações.

5. A Consolidação das Leis Trabalhista diz bem claramente em seu artigo 483 que o Trabalhador poderá rescindir o seu contrato de trabalho e pleitear indenização quando o Empregador não cumprir com suas obrigações.

6. E nosso caso em comento, a Reclamada não está cumprindo com suas obrigações, tendo em vista que não esta pagando mais o salário do Reclamante, vale transporte, vale refeição e ainda não está efetuando o depósito do FGTS, **conforme extrato em anexo.**

7. Diante de todo o exposto, vem requerer a V. Exa. que seja declarado a rescisão indireta do contrato de trabalho da Reclamante, considerando como ultimo dia de labor 19 de Março de 2019, com o pagamento das devidas indenizações.

b) Responsabilidade Subsidiária

8. O Reclamante desde o primeiro dia de trabalho efetuava seu serviço de auxiliar de serviços gerais em uma escola pertencente a 2º Reclamada.

9. Sendo assim deve este juízo decretar a responsabilidade subsidiária da 2ª Reclamada. **Seg. doc.**

C) Saldo de Salário

10. O Reclamante está até o momento sem receber os salários dos meses de Janeiro e fevereiro de 2019.

11. Portanto deve V. Exa. condenar a Reclamada a efetuar os pagamentos do saldo de salário no valor de **R\$ 2.388,00.**

d) Verbas Resilitórias

12. Sendo declarada a rescisão indireta, o Reclamante tem direito as seguintes verbas:

a) Saldo de Salário de 19 dias março/2019..R\$	756,20
b) Aviso Prévio Indenizado.....R\$	1.194,00
c) Férias Vencidas 2017/2018.....R\$	1.194,00
d) 1/3 de Férias Constitucionais 2017/2018.R\$	398,00
e) Férias Proporcionais 2018/2019 4/12 avos R\$	398,00
f) 1/3 de Férias Constitucionais.....R\$	132,66
g) 50% 13º salário 2018.....R\$	594,00
h) 13º proporcional de 2019.....R\$	298,50
SUB TOTAL.....R\$	4.965,30
g) FGTS sobre verbas rescisórias..... <u>R\$</u>	<u>397,22</u>

TOTAL.....R\$ 5.362,52

e) FGTS INDENIZADO

13. A reclamada desde a admissão da Reclamante, **nunca efetuou o depósito do FGTS da conta vinculada da mesma na Caixa Econômica Federal. Conforme Extrato já anexado.**

14. Deve a Reclamada ser condenada a depositar ou a indenizar a Reclamante, no valor de **R\$ 1.432,80.**

f) MULTA 40% DO FGTS

15. Deve a Reclamada ser condenada a pagar a multa dos 40% do FGTS no valor de **R\$ 573,12.**

g) MULTA DO ART 477,§ 8º DA CLT

16. A reclamada não quitou as verbas trabalhistas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho sendo por certo devida a condenação desta na multa no valor de **R\$ 1.194,00.**

h) MULTA DO ART 467, DA CLT

17. Devida é a multa do art. 467, da CLT, na hipótese de na primeira oportunidade que couber a Reclamada, esta não quitar as verbas de natureza incontroversas no valor de **R\$ 4.878,22.**

i) Danos Morais e sua Indenização

18. O não pagamento das verbas resilitórias por si só não gera danos morais, todavia, o não pagamento de salários, gerou ao Reclamante e para sua família transtornos físicos e psicológicos: Seguro desemprego e saque do FGTS. Razão pela qual deve incidir sobre tal espécie danos morais superiores a 5 vezes o ultimo salário da Reclamante, no valor de **R\$ 10.000,00.**

j) Salário Família

19. Nobre Julgador, desde a contratação da Reclamante, a 1º Reclamada não fez pagando o salário família dos seus dois filhos, conforme certidão de nascimento em anexo.

20. Diante do exposto, vem requerer a Vossa Excelência que condene a 1º Reclamada ao pagamento do salário família de todo o período laboral no valor de **R\$ 984,00**.

k) Formulário do Seguro desemprego

21. Fornecimento do formulário do seguro-desemprego quando não satisfeito tal obrigação, deve a Reclamada pagar a indenização em valor equivalente.

III- Dos Pedidos

Diante do Exposto, vem requerer a Vossa Excelência:

a) Rescisão Indireta: Vem requerer a V. Exa. que seja declarado a rescisão indireta do contrato de trabalho da Reclamante, considerando como ultimo dia de labor 19 de Março de 2019, com o pagamento das devidas indenizações.

b) Responsabilidade Subsidiária: Deve este juízo decretar a responsabilidade subsidiária da 2ª Reclamada.

c) Saldo de Salário: Deve V. Exa. condenar a Reclamada a efetuar os pagamentos do saldo de salário no valor de R\$ 2.388,00.

d) Verbas Resilitórias:, tal qual articulada no item "d", no valor de R\$ 5.362,52.

e) FGTS Indenizado: Tal qual articulado no item "e", no valor de R\$ 1.432,80.

f) Multa dos 40% do FGTS: Tal qual articulado no item "f", no valor de R\$ 573,12.

g) MULTA DO ART 477,§ 8º DA CLT: Tal qual articulado no item "g", no valor de 1.194,00.

h) Multa do art. 467, da CLT: Tal qual articulado no item "h".

i) Danos Morais e sua Indenização Tal qual articulado no item "i", no valor de R\$ 10.000,00.

j) Salário Família: Tal qual articulado no item "j", no valor de R\$ 984,00.

k) Formulário Seguro-Desemprego: Conforme articulado item "k".

l) Atualizações: Atualização da dívida nos moldes da Lei.

m) Gratuidade: Gratuidade de justiça, considerando-se a hipossuficiência financeira da Reclamante.

n) Honorários: A condenação das custas e honorários de sucumbência, no percentual de 20 %.

o) Citações: A citação da Reclamada para responder aos termos desta exordial sob de pena de confissão e revelia.

p) Protestos por provas: Protesta ainda, por todos os meios de prova admitido em juízo, bem como, a oitava das testemunhas e o depoimento pessoal da reclamada.

q) Dá-se ao valor da causa: R\$ 30.000,00.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de Abril de 2019.

OSMUNDO DE JESUS GUERA

OAB/RJ 94.040

RAFAEL VELASCO GUERRA

202.134

ROL DE TESTEMUNHA

1) LENICE DIAS, , RG 097293331-6 do IFPRJ, inscrito no CPF sob o nº 025.509.757-31, Endereço: Rua Jose Ciraudó, 225, Casa 3, Paciência, RJ, CEP 23.585-084

2) FABIANA PINHEIRO DOS SANTOS, CPF: 092.248.267-50, Endereço: Rua 13, quadra 18, lote 2, Inhoaíba, Rio de Janeiro - RJ.